

OS PROJETOS DE ESCRITA DA HISTÓRIA DE ALFREDO ELLIS JR. E SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA: UMA GUERRA DE IDEIAS NO MUNDO DOS LETRADOS DE SÃO PAULO NOS ANOS 1930 E 1940?¹

Para Helenice Rodrigues da Silva (*in memoriam*).

Diogo da Silva Roiz²
(UEMS/UFGD)
E-mail: diogosr@yahoo.com.br

RESUMO

O texto procura analisar a guerra de ideias que circunscreveu os espaços de atuação dos letrados de São Paulo entre os anos 1930 e 1940, em função da alteração política e econômica do país, que deu base ao início do governo provisório de Getúlio Vargas. Pretende-se mostrar como Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda se posicionaram diante de questões como a “temporalidade”, a “periodização”, a “verdade”, a “representação do passado” e as “regras do método histórico”.

Palavras-chave: autodidatismo; homens de letras; profissionalização; ofício de historiador; Alfredo Ellis Jr.; Sérgio Buarque de Holanda.

ABSTRACT

The text seeks to analyze the war of ideas that simply literate performance spaces in São Paulo between the years 1930 the 1940, depending on the political and economic change in the country that gave basis for the beginning of the provisional government of Getúlio Vargas. Aims to show how Alfredo Ellis Jr. and Sérgio Buarque de Holanda have positioned themselves on issues such as the "temporality", the "periodization", the "truth", the "representation of the past" and the "rules of the historical method".

Keywords: self-education; men of letters; professionalization; historian's; Alfredo Ellis Jr.; Sérgio Buarque de Holanda.

¹ Este texto foi originalmente apresentado na I Jornada de estudos interdisciplinares e transnacionais: “Circulação das ideias e reconfiguração dos saberes”, que ocorreu na UFPR entre 23 e 24 de agosto de 2012. E foi um primeiro esboço dos principais resultados de nossa tese de doutorado, que seria defendida em 8 de março de 2013, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Helenice Rodrigues da Silva, e intitulada: *A dialética entre o “intelectual-letrado” e o “letrado-intelectual”: projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959)*. A pesquisa contou com o apoio do CNPq. Aproveito a oportunidade para agradecer aos professores Estevão Rezende Martins, Jurandir Malerba, José Antônio Vasconcelos e Renato Lopes Leite pelas importantes análises e comentários no momento da defesa da tese.

² Professor do adjunto do curso de História da UEMS e do programa de pós-graduação em História da UFGD. Doutor em História pela UFPR, onde também realiza estágio de pós-doutorado. Autor, entre outros, de: *Linguagem, cultura e conhecimento histórico* (Paco Editorial, 2012).

Este texto foi originalmente apresentado na mesa sobre *A cartografia das ideias e dos saberes*, cujo norte foi à discussão dos *clássicos*, a convite da professora Helenice Rodrigues da Silva, a quem aproveito aqui para agradecer pela oportunidade. O tema do evento era a “circulação das ideias e [a] reconfiguração dos saberes”, o que tornou oportuno não só pensarmos as mudanças de nosso tempo, mas também refletirmos em que medida é fluida a constituição e a compreensão das categorias: passado, presente e futuro, assim como os usos que são feitos delas em cada período histórico, como veremos nas trajetórias de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda. Por essa razão, o texto procura analisar a guerra de ideias que circunscreveu os espaços de atuação dos letrados de São Paulo entre os anos 1930 e 1940, em função da alteração política e econômica do país, que deu base ao início do governo provisório de Getúlio Vargas. Pretende-se mostrar como Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda se posicionaram diante de questões como a “temporalidade”, a “periodização”, a “verdade”, a “representação do passado” e as “regras do método histórico”.

1 - Uma guerra de ideias no mundo dos letrados de São Paulo nos anos 1930 e 1940?

Se nossa contemporaneidade nos parece enigmática, a trajetória de Alfredo Ellis Jr., como a de Sérgio Buarque de Holanda, pensadas articuladamente e de acordo com as respectivas escolhas e projetos de escrita da história direcionados pelos autores, podem nos fornecer mais subsídios para pensarmos essas questões. Tomemos dois rápidos exemplos para mostrarmos as aproximações e os distanciamentos teórico-metodológicos e políticos dos autores em pauta:

[...] não mudo de opinião como quem muda de camisa. Defendo a lavoura em qualquer terreno. Estarei sempre com seus interesses [...] não sei me calar quando está em jogo a própria vida da lavoura de café que é a própria vida do Estado de São Paulo [nos diz Alfredo Ellis Jr. em um de seus discursos parlamentares]³.

A mudança de opinião é num pensador o sinal mais evidente de sua vitalidade. Só os imbecis têm opiniões eternamente fixas [nos diz Sérgio Buarque em um de seus artigos publicado nos anos 1920]⁴.

³ Discurso de Alfredo Ellis Jr. In: *Annaes da Assembléia Legislativa de São Paulo – Sessão Ordinária, 1935, 1936, vol. II, p. 314.*

⁴ HOLANDA, S. B. Homeophasias (texto publicado na revista *Fon-fon*, do Rio de Janeiro, em 8 de outubro de 1921). In: Idem. *Escritos coligidos*, v.1, 2011, p. 19.

Assim foi que Alfredo Ellis Jr. (1896-1974), pronunciou-se em 1935, com quase 40 anos de idade, em sessão ordinária da Assembléia Legislativa de São Paulo, onde exercia seu terceiro mandato como deputado estadual. Como em vários outros pronunciamentos dos anos 1920, em seus dois primeiros mandatos, bem como no terceiro que se iniciava em 1934, Ellis Jr. procurava mostrar a importância da lavoura para o desenvolvimento do Estado de São Paulo e do país, e cuja cafeicultura havia dado uma nova fisionomia para a economia, ao fazer florescer desde estradas de ferro e rodovias, até prédios e cidades. E a crise econômica que afetou brutalmente a economia nacional e a cafeicultura em particular, não deveria fazer com que tanto o Estado de São Paulo, quanto o país, deixassem de ver que foi assim que o passado moldou o presente. Ao mesmo tempo insiste em recolocar a forma que se posiciona perante o passado, o presente e o futuro, de tal modo que não muda de opinião tão somente porque muda o contexto, e que faz alterar as expectativas dos indivíduos e os sentidos que dão as suas escolhas. Do mesmo modo se passava com sua obra. Apesar de estar sendo revisada naquele momento, procurava manter suas posições, suas teses, seus métodos e suas perspectivas diante do passado e da (escrita da) História.

Por sua vez, Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) escreveu o texto acima com pouco mais de 19 anos e o publicou na revista *Fon-fon*, do Rio de Janeiro, em 8 de outubro de 1921. Nele já esboçava seu descontentamento sobre os posicionamentos fixos no tempo, instando à regularidade, e que despercebem o dinamismo do processo histórico, sendo incapazes de acompanhá-lo. Em certa medida, aquele foi o posicionamento que seguiu sua obra, sempre em processo de elaboração e aprofundamento, sempre sendo revista e reescrita, sempre sendo ampliada e aprofundada (Cf. Monteiro, Eugênio, 2008).

Evidentemente, resumir o posicionamento de Ellis Jr. como o de um conservador, contrário as mudanças, em vista de preferir conviver com a regularidade das coisas, da política e da economia, na sociedade e na cultura, inclusive, em suas interpretações do passado (Cf. Abud, 1985, Monteiro, 2001; Ferreira, 2002), não é suficiente para compreender a dinâmica de sua obra, assim como sua trajetória. Tampouco o é no caso de Sergio Buarque de Holanda, ao o situarmos como um reformista, preocupado com as mudanças, com a defesa da democracia e a ampliação dos direitos dos indivíduos (Cf. Candido, 1998, 2006). E, aliás, o que o fazia pensar tanto o dinamismo do processo histórico, no qual era necessário desgarrar-se do passado

colonial; quanto em sua obra, onde procurava mostrar que ao se conhecer melhor o passado, era possível planejar o presente, e, ao se romper com suas amarras, vindas do passado colonial, também era possível fazer o mesmo em relação à formação de expectativas para o futuro (Cf. Monteiro, Eugênio, 2008).

Em ambos os casos, tal estratégia analítica, além de ser insuficiente para compreender suas obras e suas trajetórias, também o é para pensar por que escolheram esses caminhos e não outros para interpretar a História e pensarem as categorias: passado, presente e futuro. Ademais, se pode parecer viável sintetizar o pensamento de Ellis Jr. perfazendo *um elogio (ainda que crítico) a tradição*, e o de Buarque de Holanda efetuando *uma crítica veemente a ela*, por visar romper com suas amarras no seu presente histórico, igualmente nos deparamos com uma fórmula simplista, ainda que válida. Se partirmos da constatação de que a visão de Ellis Jr. se coadunava com a do Partido Republicano Paulista (o PRP), do qual foi partidário político, e, por isso, defensor da ordem, da regularidade, da tradição e contrário as mudanças; e a de Buarque de Holanda como a de um esquerdista, crítico da ordem e do sistema estabelecido, das tradições e das amarras do passado, porque era favorável a mudança, defensor da democracia e dos direitos humanos, tampouco avançamos em nossa análise.

Nesse sentido, parece-nos mais frutífero começar esta análise sugerindo um conjunto de questionamentos sobre a vida e a obra desses autores, tendo em vista: 1) relações familiares e formação profissional; 2) produção acadêmica e recepção da obra; 3) vínculos políticos e visões de mundo; 4) objetos de pesquisa e procedimentos de análise; 5) e, enfim, a herança deixada pelas suas respectivas obras na história da historiografia brasileira.

Por essa razão, vamos começar por inquirir as relações familiares e a formação profissional de ambos. Foi no final do século XIX, que Alfredo Ellis Jr. veio ao mundo (em 1896), na Fazenda Santa Eudóxia, localizada em Mogi Guaçu, no município de São Carlos do Pinhal. Era então o filho caçula de Alfredo Ellis e de Sebastiana Eudóxia da Cunha Bueno, ao lado de seus outros nove irmãos e irmãs (Cf. Ellis Jr., 1959; Roiz, 2012a). Desde criança apreendeu a respeitar a zona rural e a produção de produtos primários, e aos quais seu pai lhe mostraria que representavam o coração do Estado de São Paulo, com a exportação de café, e também a base para o desenvolvimento político e econômico do Brasil. Com o pai também aprendeu os rumos da política (Cf. Ellis Jr., 1950), o

movimento da economia (Cf. Ellis, 1997) e como se posicionar nas contendas políticas e culturais de seu tempo.

Não foi por acaso, neste aspecto, que viria a fazer de seu pai a imagem do parlamentar paulista da Primeira República, no final dos anos 1940 num esboço biográfico (Cf. Ellis Jr., 1949, 1950). Desde os anos 1920, Ellis Jr. vinha indicando em seus discursos políticos, depois, na dedicatória de suas obras, e, finalmente, em sua autobiografia (escrita no final dos anos 1960, e ainda inédita) a importância do pai para a definição de seu caráter. E seus conselhos, tal como indica em várias ocasiões, ainda lhe serviriam para suas tomadas de decisão, para suas escolhas políticas e acadêmicas (inclusive, do curso de Direito), assim como fomentaria seu amor irrestrito ao Estado de São Paulo. Contudo, apesar da importância de seu pai em sua formação, este não seria a única figura de relevo em sua trajetória. No campo profissional, Afonso de Taunay viria a ter também papel de destaque – como também o terá para Sérgio Buarque⁵.

Ao que tudo indica, para Sérgio Buarque de Holanda a figura do pai não lhe serviu como imagem a ser refletida (como foi o de Ellis Jr. em suas escolhas); nem tampouco como orientador de suas decisões, por seus conselhos e por sua conduta. Por sua rotina militarista, desde criança (nascera em 1902) fez dos posicionamentos do pai um caminho a ser progressivamente questionado, e, em seguida, negado, e como viria a ressaltar: “O que sou hoje acho que é uma reação contra a lembrança deste autoritarismo” (Nogueira, 1988).

No bairro da liberdade, da cidade de São Paulo, onde nasceu, Sérgio Buarque foi o primogênito do casal Cristóvão Buarque de Holanda e Heloísa Buarque de Holanda. E, ao contrário de Ellis Jr. que sempre teve a base de sua formação no campo e pelo interior do estado de São Paulo, Sérgio Buarque a teve nos centros urbanos de São Paulo e do Rio de Janeiro. Sérgio nasceu em São Paulo, mas mudou-se com a família para o Rio de Janeiro em 1921 e só retornaria para São Paulo em 1946 para assumir a diretoria do Museu Paulista. Os 25 anos que passou no Rio foram fundamentais para ele, pois, além de formar-se em Direito, também foi lá que teve as primeiras experiências no campo da pesquisa histórica e da crítica literária, quando foi assistente na Universidade do Distrito Federal (UDF). Ao lado dessa experiência, deve-se notar Sérgio sempre esteve próximo

⁵ Da mesma forma que Ellis Jr., Sérgio Buarque teve aulas com Afonso de Taunay no Colégio São Bento, mantendo certa amizade e respeito acadêmico com o antigo mestre ao longo de sua vida (que, aliás, foi quem lhe apresentou para a grande imprensa, ao publicar seu primeiro artigo em 1920 no *Correio Paulistano*).

das discussões efetuadas em São Paulo, especialmente, aquelas proporcionadas pelos modernistas. A experiência acumulada nessas duas capitais irá marcá-lo em sua trajetória, tanto que suas obras viriam a demonstrar isso em diversas passagens (Cf. Marras, 2012).

Mas, ao contrário de Ellis Jr. que fez o curso de Direito em São Paulo sob a orientação do pai e também por escolha pessoal, tudo indica que Sérgio Buarque o fez com certo contragosto no Rio de Janeiro, inclusive, pelo desempenho que teve no curso, ficando de exame em um dos períodos, que o impediu de participar da Semana de Arte Moderna em fevereiro de 1922 em São Paulo⁶. Também diferente de Ellis Jr. que teve o foco de sua formação em São Paulo (ficando apenas durante certo período na Europa com o pai), Sérgio Buarque a fez por São Paulo e pelo Rio de Janeiro, além de atuar em Cachoeira do Itapemirim no Espírito Santo, após se formar em 1925, lá ficando durante o ano de 1927. Mais do que isso, já no final dos anos 1920 permaneceu uma temporada de dois anos na Alemanha, entre 1929 e 1930; em 1941 passou outra nos Estados Unidos (local que retornará em várias ocasiões para trabalho e pesquisa); em meados dos anos 1950 outra na Itália (entre 1952 e 1954), além de manter constante contato com letrados brasileiros e estrangeiros e participar de congressos no Brasil e no exterior (Cf. Wegner, 2000; Nicodemo, 2008, 2011; Monteiro, Eugênio, 2008).

Assim como Ellis Jr. (entre 1938 e 1956), Sérgio Buarque também foi professor da cadeira de História da Civilização Brasileira do curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP) entre 1956 e 1969. Mas, diferente dele que foi correspondente, a partir de 1926, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e sócio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) e da Academia Paulista de Letras (APL); Sérgio Buarque foi do IHGB, e passou pela Universidade do Distrito Federal (como docente a partir de 1936, mas deixando-a em função de sua extinção em 1938), pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (nos anos 1940 como professor, e em meados dos anos 1950, como aluno para fazer o curso de mestrado, requisito para participar do concurso para a cátedra em 1958 na USP), e foi diretor do Museu Paulista entre 1946 e 1956.

⁶ Mesmo assim não se pode deixar de considerar que foi no curso de Direito que Sérgio fez várias amizades, inclusive, como Prudente de Moraes, neto, com quem irá em 1924 criar a revista *Estética*, além de permanecerem amigos por toda vida.

Além disso, ambos participaram ativamente dos debates da imprensa periódica, além de contribuírem com a produção e publicação de vários artigos em jornais e revistas. A partir dessa primeira diferença formativa poderíamos inquirir em que medida esta se refletiu no modo como cada um deles pensou o passado e interpretou a história de São Paulo e do Brasil? Dadas as características de suas respectivas trajetórias (aqui grosseiramente sintetizadas), em que medida as figuras do pai e de Afonso de Taunay teriam contribuído com a formação, as escolhas e a produção acadêmica de ambos?

Do mesmo modo que compreender as relações familiares e as escolhas e trajetórias profissionais de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda é fundamental para inquirirmos o papel que tiveram na constituição da história da historiografia brasileira e na profissionalização do ofício de historiador no país, também o é saber cotejar a produção de suas respectivas obras e como elas foram recebidas.

Ambos começam a publicar seus primeiros textos em meados dos anos 1920. Ellis Jr. teve em *Raça de gigantes* de 1926 seu primeiro livro de impacto, assim como Sérgio Buarque já o faria em seu livro de estréia *Raízes do Brasil* de 1936. Contudo, enquanto este livro só teve uma segunda edição em 1948, a maioria dos livros de Ellis Jr. foi tendo reedições em tempo muito mais curto. Tomemos apenas alguns exemplos: *Confederação ou separação*, de 1932, teve pelo menos três edições nos anos 1930, assim como *A nossa guerra*, publicado no mesmo ano; *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*, teve duas edições no mesmo período, valendo o mesmo para *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento Euroamericano*, que foi a edição revista e reformulada de *Raça de gigantes* de 1926. Do mesmo modo, a maioria dos boletins que publicou, entre 1939 e 1952, enquanto foi o catedrático da cadeira de História da Civilização Brasileira da FFCL/USP tiveram edições mais amplas, especialmente, pela Editora Companhia Nacional, na coleção da *Brasiliana*⁷, onde seriam publicadas.

Todavia, o movimento promissor de edições da obra deste autor foi paulatinamente decaindo ao longo dos anos 1950 e 1960, simultaneamente enquanto os textos de Sérgio Buarque começavam a ganhar maior destaque no mercado editorial: em 1955 saíria à terceira edição de *Raízes do Brasil*; sem contar que em 1944 havia

⁷ Infelizmente não conseguimos cotejar uma documentação tão rica e agrupada sobre a obra de Alfredo Ellis Jr., situando os comentários que recebeu da imprensa periódica no momento em que foram lançados seus livros, como conseguimos fazer para a obra de Sérgio Buarque de Holanda.

publicado *Cobra de vidro*, no ano seguinte *Monções*, em 1957 *Caminhos e fronteiras*, e, em 1959, *Visão do Paraíso*⁸ – além de uma antologia de poetas brasileiros lançada em 1953, e do início da preparação de seu livro *O extremo Oeste*, que (mesmo sendo anunciado nos anos 1970, na segunda edição de *Monções*) ficou inacabado e só seria lançado postumamente em 1986. Porque ocorreu esse movimento editorial entre as obras de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda? Como suas obras foram recebidas pelo público especializado, principalmente, o de professores e historiadores profissionais que foram se formando a partir dos anos 1930? O que explicaria esse movimento de ascensão e declínio de edições entre as obras dos autores?

Num primeiro momento talvez apressássemos uma resposta ao pontuar que isso se deveu as posições políticas e as “visões de mundo” que eles foram formando. Mas, se de um lado Alfredo Ellis Jr., tal como indica, seguiu aos passos do pai (Cf. Ellis, 1959, 1997), ao se filiar ao Partido Republicano Paulista (PRP) e concorrer às eleições para o cargo de deputado estadual, defender a lavoura de café, posicionando-se a favor dos cafeicultores e da produção do campo e ser favorável a regularidade dos processos políticos e econômicos (cujas mudanças bruscas mais serviam para desajustar a sociedade do que para renová-la). De outro, Sérgio Buarque sempre defendeu posições de esquerda, sendo favorável a democracia, a participação das massas nos processos políticos, e crítico em relação ao sistema político em vigor no período, a tal ponto que a mudança social era um caminho viável não somente para se desgarrar das amarras do passado colonial, mas também para o melhor planejamento do futuro. Tampouco essa assertiva, ainda que coerente e plausível, por si só, poderia explicar tal questão. Em todo caso, em que medida o posicionamento político de ambos refletiu na produção de suas respectivas obras? Como este posicionamento político esteve entre os autores, quando regeram a cadeira de História da Civilização Brasileira?

Ao nos depararmos como os objetos de pesquisa e os procedimentos de análise de Alfredo Ellis Jr. e de Sérgio Buarque de Holanda, parece prevalecer o que já havia sido apontado acima. O primeiro mantém-se com certa regularidade sobre o uso de

⁸ Já no período em que foram lançadas essas obras receberam uma significativa atenção da imprensa periódica. Entre 1936 e 1938, Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, fez um álbum com 78 recortes de comentários e resenhas a respeito de seu livro de estréia *Raízes do Brasil*. Durante os momentos em que o livro teve sua segunda edição, em 1948, e a terceira, em 1956, foi igualmente comentado e analisado na imprensa periódica. O mesmo ocorreu com *Caminhos e fronteiras*, publicado em 1957, e, depois, com *Visão do paraíso*, de 1959. Surpreende, nesse aspecto, a recepção quase silenciosa que se deu com *Monções*, em 1945, que recebeu pouquíssimos comentários em sua primeira edição. Toda essa documentação encontra-se armazenada no Siarq/Unicamp.

procedimentos metodológicos, que apesar de serem revistos e ampliados ao longo do tempo, não deixaram de estabelecer relações diretas com a sua produção inicial dos anos 1920. Sérgio Buarque, ao contrário, parece estar sempre instado a rever seus posicionamentos teórico-metodológicos, suas teses e interpretações, de tal modo que impressiona a voracidade com que lia e analisava autores e historiografias aparentemente tão distintas como a alemã, a francesa, a norte-americana, a italiana, a latino-americana, a portuguesa e a espanhola.

Contudo, isso não quer dizer, obviamente, que tanto em um caso como no outro, não houvesse mudanças e/ou continuidades. Se tomarmos como base a história dos bandeirantes, estudada por ambos, notaremos que enquanto Ellis Jr. a viu como fundamento explicativo do pioneirismo paulista, ao valorizar a tradição que poderia ser utilizada no presente para “restaurar” o passado (entendido como) “glorioso” e “exemplar”, e há pouco perdido pelo Estado de São Paulo, com o cancelamento de sua autonomia política e econômica em meados dos anos 1930, em função das “drásticas mudanças” decorridas, especialmente, entre 1929 e 1932 (Cf. Monteiro, 2001; Ferreira, 2002; Roiz, 2012a), notaremos um movimento consideravelmente dinâmico em sua obra, ao longo dos anos 1930 e 1940, quando irá rever (e em alguns casos reformular) seus textos dos anos 1920. Sérgio Buarque, por sua vez, viu nesse mesmo bandeirante também um sinal de pioneirismo, mas não em relação a suas iniciativas amplamente dependentes dos povos nativos, dos “negros da terra”, nem tampouco em relação a seus recursos materiais, ou ao acúmulo de riquezas, que, aliás, mais viviam para não morrerem de fome, mas sim em relação à própria especificidade do tipo de capitalismo que viria a se desenvolver nos Trópicos (Cf. Wegner, 2000).

Assim, enquanto Ellis Jr. procurou demonstrar os laços que uniam os paulistas daquele presente histórico, aos seus antepassados bandeirantes (Cf. Ellis Jr., 1934, 1936, 1937, 1939), Sérgio Buarque, parece que, ao contrário, preocupar-se-ia muito mais em indicar as mudanças nas rotinas de trabalho: no tipo de empreendimento efetuado pelas bandeiras e pelos bandeirantes do século XVII, pelas monções no XVIII, ou pelos tropeiros e fazendeiros de café no XIX (Cf. Holanda, 1936, 1986, 1995, 2000).

Daí a importância de questionarmos: o que eles entendiam por “regras do método histórico” e como as fundamentaram, e, depois, passaram a usá-las para dar consistência e pertinência as suas pesquisas e as suas narrativas? Que relações teriam com o modo que apreendiam a “temporalidade”, definiam a “periodização” de seus

estudos, fundamentavam suas afirmações (ainda que nem sempre a cotejassem diretamente como o exercício de uma “verdade histórica” objetiva a ser alcançada em seus estudos), ou construía uma “representação do passado”?

Com isso, chegamos ao núcleo dos questionamentos que instigaram nossa pesquisa. De imediato, cumpre salientar que este não é um trabalho sobre a história da cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP), propriamente dito⁹, no qual se teria como base o estudo das trajetórias de Alfredo Ellis Jr. (AEJ) e de Sérgio Buarque de Holanda (SBH), muito embora conhecer seus meandros seja fundamental para a compreensão de um momento crucial da trajetória de ambos os autores em pauta. Nossa maior meta foi esboçar e interpretar o panorama que propiciou uma mudança de cunho institucional e epistemológico, no campo do conhecimento histórico, na qual a pesquisa histórica de base “autodidata” passaria, entre os anos 1930 e 1950, por uma transição que viria a definir como deveria ser entendido o “ofício de historiador” no Brasil.

Nesse caso, entender como foi pensada as noções de “temporalidade”, de “periodização”, de “verdade”, as concepções de “representação do passado” e as “regras do método histórico” são de fundamental importância para compreendermos como foi ocorrendo à “profissionalização” do ofício de historiador durante esse período. E as trajetórias de AEJ e de SBH viriam a expressar muito bem os desdobramentos dessas mutações no campo da pesquisa e na escrita da história, assim como no ofício de historiador.

Entre outras razões, porque ambos formaram-se em Direito (um em São Paulo, o outro no Rio de Janeiro); ambos atuaram neste campo durante certo período, vindo a se deslocarem para o jornalismo, a crítica literária, a sociologia, até se firmarem no campo dos estudos históricos; ambos escreveram crítica literária (mais Sérgio do que Ellis) e ambos escreveram romances (mais Ellis do que Sérgio); ambos escreveram manuais didáticos; ambos passaram por instituições de pesquisa (e no caso de Sérgio pela diretoria de um Museu) até chegarem a ser catedráticos da cadeira de História da Civilização Brasileira no curso de Geografia e História da FFCL/USP; e ambos produziram a maior parte de seus textos entre os anos de 1930 e 1950. Além disso, ambos refletiram sobre o ofício, até se tornarem formadores de professores e pesquisadores de História; e ambos participaram da feitura de uma regulamentação

⁹ Tal como pode ser encontrado nas pesquisas de: Bontempi Jr., 2001; Vidal, Faria Filho, 2003.

institucional para a formação de professores e pesquisadores, e com seus exemplos ajudaram a promover um conjunto de regras que viriam a especializar o “campo intelectual” no país (Cf. Bourdieu, 2011), bem como o ofício de historiador.

E isso nos coloca um segundo problema, não por acaso, articulado a esse primeiro. Ao mesmo tempo em que ocorria certa transição do “autodidatismo” para a “profissionalização” do trabalho do historiador no Brasil (o que não quer dizer que não houvesse uma relação entre “autodidatismo” e “profissionalização” mesmo depois da consolidação dos cursos de História no país, após os anos 1950), dava-se o mesmo em relação à formação do “intelectual” no país, entendido como “homo academicus” nos termos de Pierre Bourdieu (2011). Mais precisamente, descolava-se da acepção de “intelectual-letrado”, isto é, *de intelectual porque era letrado, pois, possuía uma formação acadêmica, especialmente, em Direito* – nos moldes do bacharelismo do Oitocentos brasileiro (Cf. Adorno, 1988), que se pautava mais pela retórica do que pela ação, mais pelos gestos do que pelas atitudes, sendo mais favorável a manutenção das estruturas no poder, do que contrário e crítico a elas, aliás, exercício da função severamente criticada por autores como Sérgio Buarque de Holanda, já em seu livro de estréia: *Raízes do Brasil* de 1936 –; para um “letrado-intelectual”, quer dizer, *o letrado que em função de sua atuação política e acadêmica se tornaria “verdadeiramente” um intelectual* – nos moldes em que viria a ser entendido o termo após os desdobramentos do caso Dreyfus na França, isto é, como crítico das estruturas de poder, e autocrítico em relação as posições políticas e acadêmicas, inclusive, as de si próprio¹⁰.

Contudo, ao estudar a formação do “*homo academicus*”, tendo como base a institucionalização do curso de Sociologia e da especialização das regras do “campo intelectual”¹¹, no qual a *política* (especialmente entendida como atuação partidária) viria

¹⁰ Não há dúvida de que ao definirmos desse modo o “intelectual”, de certo modo o conceito prende-se a certo essencialismo. Contudo, como demonstrou Pierre Bourdieu (2011) em sua análise do *homo academicus*, na França, esse tipo de definição do intelectual favorece a percepção de como os agentes sociais atuam de modo parcial ou plenamente na execução desse papel no interior das universidades.

¹¹ Para Pierre Bourdieu o campo é o espaço de disposição e de diferenciação dos grupos sociais. Nele se avaliariam as formas de enfrentamento e disputas pelo poder. O campo possuiria um grau de autonomia relativa com relação ao espaço exterior, mas não se fecharia sobre si, porque não deixaria de analisar condicionantes e disposições externas. Apesar de seu grau de autonomia relativa, o campo depende das disposições de lucro, preço, venda, determinações políticas, no espaço social. No campo intelectual, tudo que o envolve formariam ritos de consagração. Para ele, o campo científico “enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores) é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e agir legitimamente (isto é, de

a dar lugar à *ciência*, na constituição do corpus documental e metodológico que dirigiriam e fundamentariam a atuação do acadêmico profissional, na França da segunda metade do século XX, Pierre Bourdieu (2011) nos fornece certos subsídios para pensar o caso brasileiro, apesar de sua obra se deter muito pouco em exemplos, e em muitos pontos ser mais prescritiva do que demonstrativa. No Brasil da primeira metade do século passado, não houve um deslocamento tão linear e contínuo como Bourdieu descreve para a França, ao pontuar os cursos de Direito e Medicina em comparação com outros cursos e faculdades, porque em muitos casos a fundamentação do “campo científico” era feita sem que se deixassem totalmente os laços com a política, inclusive, quanto à atuação partidária¹². Nesse caso também as trajetórias de AEJ e SBH são ricas e complexas, além de nos proporcionarem pistas instigantes sobre essa questão.

Em função desses aspectos é preciso detalhar melhor as categorias a serem testadas. As categorias “intelectual-letrado” (de tradição bacharelesca) e “letrado-intelectual” (nos moldes do “homo-academicus”, do acadêmico e pesquisador profissional) servem para dimensionar, entre outras coisas, a reconfiguração tanto dos “espaços de sociabilidade”, quanto dos campos e dos *habitus*¹³ dos indivíduos e dos grupos, entre os anos 1930 e 1950, a que passaria, especialmente, a pesquisa histórica, em particular, e as Humanidades, em geral, no Brasil. Momento de mutações, especializações e (re)organizações dos espaços socioculturais e institucionais do pequeno mundo dos “homens de letras” no país.

Por isso, além de definir o tipo de atuação dos “homens de letras” (e como desempenhar suas funções), seja o do formado na área ou o autodidata que caminhava para ela (mesmo que formado ou não em outra), tais categorias nos possibilita avaliar como a par dessa função, alguns se definiram como “intelectuais”, para dar maior substância teórica e representatividade política aos seus projetos e a sua ação. Alguns eram recrutados pelo Estado nos moldes em que os definiu Sérgio Miceli (2001).

maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado.” (Bourdieu, 1983, p. 122-3).

¹² Que, aliás, começamos a refletir em: Roiz, 2012a.

¹³ De acordo com Bourdieu: “Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistema de *disposições* duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “reguladas” e “regulares” sem em nada ser o produto de obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizada de um maestro” (2009, p. 87).

Enquanto outros, em função do papel que exerceram na sociedade e na compreensão das instituições e do mundo das letras foram reconhecidos como “intelectuais”. Primeiro, por serem produtores de “bens simbólicos” (participante direto ou não das questões partidárias, ou na arena dos debates políticos), e envolvendo-se diretamente com a produção de alternativas aos problemas de sua época, especialmente, com a interpretação da realidade social, sendo, por isso também, um elaborador e divulgador de “visões de mundo” (Cf. Mannheim, 1986; Gomes, 1996; Sirinelli, 2003). Depois, pelo modo como eram críticos da ordem estabelecida, e autocríticos sobre sua produção.

E aqui chegamos a um ponto fundamental: por que Sérgio Buarque de Holanda se tornou o modelo de intelectual, de “homo academicus”, primeiro na Universidade de São Paulo, e, depois, no país, e não Alfredo Ellis Jr. que chegou a atuar até mais tempo do que ele naquela instituição, além de publicar mais livros e estes terem até mais edições no período? Por que Sérgio e não Ellis Jr. se tornou um exemplo de historiador “profissional”, já que ambos vieram de uma mesma “tradição autodidata”?

Nossa hipótese é que no processo de transição do “autodidatismo” para a “profissionalização” do trabalho do historiador no Brasil, Sérgio soube perscrutar as principais tradições teórico-metodológicas de sua época, especialmente, a francesa e a alemã, mas sem se prender a nenhuma delas, ao mesmo tempo em que se manteve autocrítico, inclusive, de sua obra. E na dialética “intelectual-letrado” e “letrado-intelectual”, que deram base a formação do acadêmico (do “homo academicus”, e do historiador profissional) no país, Sérgio não se prendeu ao jargão retórico do bacharelismo Oitocentista brasileiro. Pelo contrário, ele foi um crítico ferrenho a este tipo de postura no espaço público.

Por sua vez, para dar consistência aos seus estudos, desde os anos 1920, Ellis Jr. foi formando um conjunto de procedimentos teórico-metodológicos para suas pesquisas (revistos e ampliados nos anos 1930 e 1940), de tal modo que aos poucos estes foram sendo definidos quase que como um “dogma”, para que efetuasse a análise do objeto; para inquirir as fontes; rever o passado e elaborar os resultados do seu trabalho, por meio de uma narrativa sobre as “causas” e as “consequências”, e que davam vazão a certos “fatos e acontecimentos” e não a outros. Não por acaso, este modelo fundamentaria suas pesquisas, que estavam imersas na tradição bacharelesca do Oitocentos, na qual sua formação jurídica, ao lado de sua experiência política, literária,

jornalística e como historiador, lhe colocariam como um “intelectual-letrado” de sua época.

2 – A batalha pelo uso da “temporalidade”

Após destacarmos os principais pontos de aproximação e de distanciamento nas trajetórias de AEJ e de SBH, devemos começar a pensar como eles se utilizaram da “temporalidade” para embasarem seus projetos de escrita da história. E aqui devemos inquirir como pensaram a historicidade de sua época, ao refletirem a “temporalidade” e repensarem as categorias: passado, presente e futuro, para darem alternativas aos problemas aventados com os eventos de 1929 (crise da bolsa de valores de Nova Iorque e do café no Brasil), de 1930 (mudança brusca de governo, com o ingresso de Getúlio Vargas na presidência da República, num governo provisório) e de 1932 (quando São Paulo tenta restaurar sua hegemonia política e sua autonomia econômica na “Revolução Constitucionalista”), que senão romperam com as estruturas políticas e econômicas então vigentes, ao menos as fizeram ser amplamente reestruturadas e revistas. Nesse caso, tanto AEJ como SBH foram “contemporâneos” de seu tempo, por que:

[...] contemporâneo é aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro. Todos os tempos são, para quem deles experimenta contemporaneidade, obscuros. Contemporâneo é, justamente, aquele que sabe ver essa obscuridade, que é capaz de escrever mergulhando a pena nas trevas do presente. [...] Pode dizer-se contemporâneo apenas quem não se deixa cegar pelas luzes do século e consegue entrever nessas a parte da sombra, a sua íntima obscuridade. [...] o contemporâneo é aquele que percebe o escuro do seu tempo como algo que lhe concerne e não cessa de interpelá-lo, algo que, mais do que toda luz, dirige-se direta e singularmente a ele. Contemporâneo é aquele que recebe em pleno rosto o facho de trevas que provém de seu tempo (Agamben, 2009, p. 62-64).

Numa síntese bastante eficaz e esclarecedora sobre o papel exercido pelos poetas, os contemporâneos de seu próprio tempo, Giorgio Agamben (2009) nos fornece pistas interessantes para pensarmos o papel exercido pelos “intelectuais-letrados” e pelos “letrados-intelectuais” no Estado de São Paulo, especialmente, durante a conjuntura de 1929 a 1932. Primeiro, porque foi um momento particularmente rico para fomentar a produção de interpretações sobre São Paulo e sobre o Brasil; depois, porque com a criação das primeiras universidades no país, a partir dos anos 1920, e que fizeram florescer o campo das Humanidades, houve a formação de um espaço de disputas entre uma *retórica de cunho bacharelesco* originada no Oitocentos (e proveniente,

especialmente, dos cursos de Direito), quando foram fundadas as primeiras Faculdades de Direito, Medicina e Engenharia nos anos 1820 e 1830, e *propostas de mudança social*, cuja raiz não apenas se fincavam aos cursos das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, criados a partir dos anos 1930, como ainda estavam atreladas fortemente aos partidos de esquerda, que então se organizavam pelo Brasil e, particularmente, entre São Paulo e Rio de Janeiro.

Certamente a produção de AEJ e SBH começou a despontar nos anos de 1920, mas as cismas causadas entre 1929 e 1932 favoreceram a retomada de questões, repensarem a obra em andamento, indagarem os projetos políticos em disputa no país (assim como o defendido por eles) e efetuarem uma avaliação crítica do que até então havia sido feito, inclusive, no campo dos estudos históricos brasileiros.

Na falta de uma melhor definição, tentaremos averiguar a plausibilidade de pensar os projetos que Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda elaboraram na década de 1930, entre:

1 – *um discurso mitológico* (com ênfase nas origens de um passado mítico, centrado na figura do bandeirante) que foi defendido tanto por Afonso D'Escragnon Taunay (1876-1958), quanto por Alfredo Ellis Jr. (1896-1974), especialmente, quando Ellis Jr. se encontrava na Assembléia Legislativa de São Paulo, como deputado estadual representante do Partido Republicano Paulista (o P. R. P.), como uma forma de se sair da crise, tendo em vista o passado “grandioso” e “exemplar” do povo do estado de São Paulo;

2 – *e um discurso utópico* (com ênfase numa mudança gradual, mas profunda, da “consciência histórica” e da postura dos indivíduos), primeiro defendido por alguns letrados vinculados ao movimento modernista em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e, depois, de modo mais sistemático por Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), ao presumir que o grande problema, não do estado de São Paulo, mas sim da Nação brasileira, era justamente as suas amarras com as raízes ibéricas de um passado, que além de não engrandecer o país, tornava-o amplamente excludente com as massas anônimas; haja vista que os processos políticos se definiam com base em acordos entre as classes dirigentes, que tornavam suas vontades privadas as metas a serem almejadas e alcançadas no espaço público, especialmente, o vinculado ao Estado, e não em função de processos democráticos.

Não sendo indiferente a tal situação, portanto, AEJ, então deputado estadual da Assembléia Legislativa do estado de São Paulo (e futuro professor do curso de Geografia e História da FFCL/USP, que seria fundada em 1934), também procurou elaborar um

projeto de escrita da história para repensar o estado de São Paulo e o Brasil, e que havia iniciado na década de 1920.

Foi em meio a essas circunstâncias que ele participou das revoltas de 1932 contra a Federação, como voluntário da Liga de Defesa Paulistana, que defendia a liberdade e a volta da autonomia para o estado de São Paulo. Nesse sentido, ele escreve como historiador, duas obras de caráter “panfletário”, *A nossa guerra* e *Confederação ou separação*, imediatamente após os desdobramentos do conflito, no qual o estado de São Paulo sairia novamente derrotado. As obras tinham, por isso, a função de denunciar as mazelas orquestradas no país, e sobre São Paulo, após o ingresso de Getúlio Vargas ao poder. Também escreve como combatente que viu de perto os efeitos da guerra, e cuja narrativa pretende expressar a “verdade” sobre os “fatos”. Sua análise toma o partido dos cafeicultores, que como o pai, também viveu os dilemas das políticas mal sucedidas sobre a defesa do café; e, que para ele, no governo Vargas foram ainda piores. Além disso, viu os acontecimentos também como ex-deputado estadual, vinculado ao Partido Republicano Paulista (o PRP).

Em função dos ritmos de mudança e de adaptação legal impostos pela federação aos estados, ele veria que só “a demagogia dos opposicionistas systemáticos, poderia ter induzido os outubristas em erro, a respeito do P. R. P.; erro em que teimam em persistir, como se ainda pudessem estar com os olhos vendados” (1933, p. 20). Por sua vez: “O Partido Democrático que deveria, exercer, em sua política, uma ação fiscalizadora e esclarecedora, passou a trabalhar em systemática oposição” (Idem, p. 22), ao estado de São Paulo (ao qual dizia representar) e ao PRP.

Por esse motivo, ele se expressa ainda como um observador, que com os instrumentos da pesquisa histórica, visaria deixar à posteridade um relato “imparcial” e de cunho “científico” para os que virão depois, de por quê São Paulo não teve êxito em 1932, e como “o sr. Getulio Vargas [tratou], a S[ão] Paulo, como uma entidade vencida”, pois, mesmo a “França, em 1870-1871, não teve por parte da Alemanha, tratamento mais rigoroso”, e essa “teria sido a norma getulina de agir, a respeito de cousas paulistas” (Idem, p. 32). Com isso, o “povo paulista, sendo tratado por esta forma naturalmente compreendeu logo que a revolução de 30 havia sido dirigida contra S[ão] Paulo” (Idem, p. 40-41). E sob esse aspecto, como indica, a história de São Paulo era distinta da história do Brasil.

Desse modo, AEJ se colocaria no papel de conhecedor dos fatos, participante direto do contexto e instituído como tal, para exercer essa função, como político (do PRP) e historiador (paulista), além de juiz do processo, ao tomar partido pela causa paulista, com base numa *retórica bacharelesca*, na qual a arma da crítica direta era usada como tese, amparada pela “verdade” dos fatos do passado, para incriminar o governo Vargas. E foi justamente amparando-se nesses instrumentos políticos e metodológicos, que AEJ visava demonstrar a posição do estado de São Paulo, junto à nação, após 1930. Para isso, destacaria a importância do bandeirante e da cruzada civilizatória promovida pela lavoura do café, como fatores primordiais, ainda que em momentos distintos, e que tornariam o Estado a “locomotiva” do país. Mas, em função dos acontecimentos fatídicos de 1930, e após os de 1932, os sujeitos e os feitos “grandiosos” da história de São Paulo estavam sendo esquecidas. Por esse motivo era fundamental se voltar para o passado e rever a escrita da história de São Paulo¹⁴.

No início da década de 1930, em função daquelas circunstâncias, argumentava que o problema do estado de São Paulo não estava só no presente, mas também nas leituras e nos usos que foram feitos do passado (Cf. Ellis, 1997; Ferreira, 2002). Para ele, a derrota política daquele momento, que se apresentou eminente mais em função dos acontecimentos de 1929, do que pelos de 1930 (e que colocou aquele grupo político no poder), só teriam um efeito passageiro. Desde que os paulistas não deixassem de lado as suas “origens” no bandeirante dos séculos XVI e XVII, cuja ação se desdobraria, entre outras coisas, na lavoura cafeeira dos séculos XIX e XX, e que não apenas mostravam um povo pioneiro e desbravador, mas também preparado para as dificuldades e para as intempéries (Ellis Jr., 1937, 1959). Nesse sentido, voltar ao passado era uma forma de fortalecer as expectativas para o futuro, ao lhe ser dado um novo “sentido” no “presente”.

Portanto, esse quadro nos indica os lugares e as formas de ação de AEJ nos anos 1930, em que buscou “restaurar” a posição de São Paulo junto à nação; rever a história paulista, para que sua população participasse do processo de recuperação política e econômica, tanto quanto da autonomia do estado de São Paulo junto a Nação. E

¹⁴ Nesse mesmo período muitas são as análises que são feitas para pensar não somente o estado de São Paulo, como também o Brasil, e que podem facilmente ser encontradas nos estudos de autores como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Roberto Simonsen, Fernando de Azevedo, Oliveira Vianna, dentre outros. Para uma análise detalhada da questão, ver: Bresciani, 2005; Botelho, Schwarcz, 2009.

demonstrar que as atitudes de certos partidos, ainda que sob um discurso de progresso e de desenvolvimento, posicionavam-se contrariamente a esses objetivos.

Apesar de SBH não pegar nas armas e vestir uma farda indo ao *front* de luta em 1932, ele iria expressar sua visão muito otimista em relação a São Paulo, quando este se encontrava no Rio de Janeiro. Mas, para SBH (1936, 2006), recuperar o passado para dar um novo contorno ao presente, não era suficiente para mudar a situação vivida pelo Estado e pelo país no início dos anos 1930. Nem tampouco era viável empreender projetos políticos no presente, sem antes mudar as “atitudes” e a “mentalidade” da “classe dirigente” do país (e também das massas anônimas), que estavam enraizadas no passado colonial (Cf. Monteiro, Eugênio, 2008). Portanto, voltar ao passado e analisá-lo era necessário, mas não para “mitificá-lo” na figura do desbravador “bandeirante”, e sim para desgarrar-se dele, por estar impedindo mudanças de “hábitos” e de “ação”, em pleno século XX, ainda enraizado nas atitudes coloniais portuguesas, cujo caráter “cordial” ainda se fazia presente na sociedade brasileira (Cf. Wegner, 2000). Voltar-se, com isso, para o presente também era necessário, mas não para empreender “discursos ideológicos”, que, inevitavelmente, amarrados ao passado, excluíam “as massas anônimas” dos processos políticos, ao serem debatidas as propostas políticas e sociais para o país.

Desse modo, não se fixando a um “discurso mitológico” sobre o passado, ainda centralizado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e a seus congêneres estaduais, e a historiografia metódica francesa do século XIX (Cf. Rodrigues, 1979; Lapa, 1981; Anhezini, 2011), nem tampouco a um “discurso ideológico” que prescrevia “visões de mundo” para o presente (Cf. Mannheim, 1986), e voltado para a experiência histórica francesa do último quarto do século XIX (Azevedo, 1963), mas sim se inspirando no “americanismo”, e tendo por base o historicismo e a sociologia alemãs (Monteiro, Eugênio, 2008), o que SBH propôs, naquele momento, foi uma saída “utópica”¹⁵. Para ele, uma “superação da doutrina democrática só será efetivamente possível, entre nós, quando tenha sido vencida a antítese liberalismo-caudilhismo” (2006, p. 198). Que, em verdade, nada mais fazia do que reproduzir o comportamento “cordial”, no qual os indivíduos agiam mais por impulso do “coração” e pelo “sentimento imediato”, do que a

¹⁵ “Para considerar o próprio tempo como radicalmente novo em oposição à história passada, e por isso antiga, precisava-se de uma atitude diferente não apenas em relação ao passado, mas, muito mais ainda, em relação ao futuro” (Koselleck, 2006, p. 278).

partir da “razão” e do “planejamento”. Portanto, desvencilhar-se das “raízes do passado”, naquele momento histórico, possibilitaria a construção de um “futuro democrático”, mais aberto as mudanças socioculturais e a participação das massas nas tomadas de decisão política.

Para ele, a “grande revolução brasileira” foi se dando lentamente, quase que subterraneamente por entre suas estruturas, amplamente cerceadas pelo mundo rural, e cuja ação seria justamente a de transferir o poder do campo para as cidades, de modo a sobrepor as ações do “homem cordial”, por novas de caráter “democrático”, de viés “americanista”. Muito embora, tal movimento viesse se fazendo sentir desde o fim da escravidão, em 1888, e da implantação do regime republicano no ano seguinte, os traços mais característicos dessa mudança, ainda estavam coexistindo com os padrões anteriores, cujas raízes coloniais ainda se faziam presentes mesmo nos anos 1930. De acordo com ele:

Se a forma de nossa cultura ainda permanec[ia] nitidamente iberica e lusitana [nas primeiras décadas do século XX], deve attribuir-se tal facto sobretudo ás insufficiencias do “americanismo”, que se resume até agora, em grande parte, numa sorte de exacerbamento de manifestações extranhas, de decisões impostas de fóra, exteriores á terra. O americano ainda é [em nós brasileiros] interiormente inexistente (Holanda, 1936, p. 137).

Além disso:

O Estado brasileiro preserva[va] como reliquias respeitaveis algumas das formas exteriores do systema tradicional depois de desapparecida a base que o sustentava. [...] A maturidade precoce, o extranho requinte de nosso aparelhamento de Estado é uma das consequencias mais typicas dessa situação. [...] Tudo isso são feições bem caracteristicas do nosso aparelhamento politico, que se empenha em desarmar todas as expressões genuinas e menos harmonicas de nossa sociedade, em negar toda espontaneidade nacional (Idem, p. 141-142).

Assim, Sérgio Buarque resume nossa trajetória política, como um conjunto de manifestações esporádicas em busca de certa “democracia”, restringidas pelos grupos dirigentes, com suas posições “cordiais”, que vinculavam suas vontades privadas também para a esfera pública. Ainda que após 1888 e 1889 novos rumos pudessem ser traçados sobre essas questões, nem por isso, se consolidaria, de fato, a “grande revolução brasileira”. Apesar de ocorrer à transferência de poder do campo para as cidades, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, o mesmo não ocorreu com relação aos modos de tratamento, cerceados que estavam pelas formas “cordiais”,

cujas “raízes ibéricas e lusitanas”, ainda restringiam nosso desenvolvimento como Nação, e nossa política, por meio da plena implantação da “democracia”.

3 - A batalha pela “periodização” da História do Brasil: o século XIX como paradigma?

Ao mesmo tempo em que AEJ e SBH cerceavam suas interpretações do processo histórico, com base numa percepção peculiar da “temporalidade” e das categorias: passado, presente e futuro, estes não deixaram de pensar a “periodização” da história do Brasil. E, nesse caso, o século XIX era verdadeiramente um paradigma para eles, como para o governo Vargas, e mesmo para outros letrados. Se de um lado, o Estado varguista procurava construir qual o tipo de Nação que pretendia formar para prolongar e manter as bases de seus projetos (Cf. Carvalho, 1998, 2001; Fausto, 2006), fortemente amparado por diversos letrados ligados ou não a cargos políticos daquele governo (Cf. Pécaut, 1990; Miceli, 2001), na outra extremidade se formava um pluralidade de análises sobre o país, nas quais se faziam desde leituras críticas quanto a sua formação histórica, de modo a romper com suas barreiras, vindas do período colonial, até aquelas que vinham a querer demonstrar a importância de sua manutenção para manter o *status quo* dos grupos no poder (Cf. Reis, 1999, 2006; Bresciani, 2005; Brandão, 2007). Tanto AEJ quanto SBH souberam se mover no interior dessas contendas, como também formularam suas próprias interpretações do processo.

Para SBH (1936) o século XIX seria o momento onde as amarras com o passado colonial começariam a ser quebradas, com as rupturas causadas em 1888 (fim da escravidão) e 1889 (fim da monarquia e início do período republicano). Para AEJ (1933, 1934a, 1940) seria o momento em que São Paulo alcançaria de fato certa autonomia econômica, e, depois, política sobre o Império; e na sequência dos acontecimentos (em suas *causas e consequências*, mediadas pelo movimento das decisões políticas e pelo dinamismo da economia) também sobre a República Brasileira. Note-se, que, além disso, o século XIX foi um período marcante para as Américas (especialmente a Central e a Latina), porque foi quando se iniciaram, de fato, os processos de independência, nos quais o Brasil não estaria de fora dessa história em comum, mas na qual este permaneceria como uma monarquia, ao passo que aquelas formariam repúblicas.

Não sem razão, em ambos os casos, tanto para SBH quanto para AEJ, o século XIX parece ter sido um paradigma interpretativo, pois, para o primeiro daria origem a uma forma de agir diferente daquela fundamentada pelo “homem cordial”, e que na falta de outra denominação seria “americanista”, em vista de tornar possível a participação das massas nas tomadas de decisão política; e, para o segundo, seria a oportunidade de voltar ao passado, para o reproduzi-lo no presente, com vistas a contornar a crise política e econômica que permeava tanto o Estado de São Paulo, quanto a Nação brasileira, a partir de meados dos anos 1930, quando Getúlio Vargas ingressa no poder.

De acordo com AEJ, a “solidez de um paiz se mede pela natureza da nacionalidade de seu povo” (ELLIS Jr., 1934a, p. 23). Nesses termos ele sintetizava a questão da nacionalidade, com o objetivo de pensá-la para o caso brasileiro, em seu livro *Confederação ou separação* (1934a) escrito em 1932. Para ele, se a nacionalidade de um povo é pouco concreta, “o paiz necessariamente não tem força de agregação, nem fórma um blóco compacto, não se solidifica em rigeza homogenea de uma só unidade inquebrantavel”; e se é quebradiça, pois suas estruturas não foram solidificadas com temperança e sensatez, “o paiz não passa de uma ficção geographica, ao sabor dos vendavais politicos e das convulsões sociaes e economicas” (Idem, p. 23).

Por isso mesmo, a nacionalidade deveria ser pensada como uma entidade política, social, psicológica e econômica, “formada por um povo, composto de um numero maior ou menor de indivíduos ligados por laços de natureza varia” (Idem, p. 23-24), era como AEJ a procurava definir. Além disso, para ele, aqueles indivíduos estariam unidos por uma origem comum, na qual se formariam uma comunidade de interesses e de sentimentos. Não por outra razão, os laços que formariam a nacionalidade de um povo seriam da seguinte natureza: com identidade de raça, de língua, de religião, de origem e de tradição, de costumes, de mentalidades, de sentimentos e de ideias, de interesses econômicos, além de estarem ligados por uma vontade de viver em comum num mesmo território. Daí a importância da unidade política para regular as fronteiras geográficas da Nação, e da literatura para construir um sentimento de empatia entre os indivíduos¹⁶. Evidentemente, a composição da nacionalidade de um povo não se daria simplesmente pela existência desses fatores. Em muitos casos, a nacionalidade se formava com a solidificação de um deles, ou pela combinação de vários.

¹⁶ O que, aliás, instigou AEJ a compor seus romances históricos nos anos 1920 e 1930, para definir a identidade paulista, por meio das cruzadas dos bandeirantes.

No caso do Brasil, para o autor, o problema já se encontrava na composição racial da população, cujas peculiaridades regionais, inviabilizavam a constituição de laços em comum, “justamente pelo estado de completa heterogeneidade de caracteres raciaes aparentes e perfeitamente distinguíveis” (Idem, p. 27). Quanto à língua e a religião, fatores semelhantes, de especificidades regionais, quando não culturais, arrefeciam as diferenças, de modo a dificultar a construção de laços em comum entre a população. Muito embora a mentalidade fosse “mais uma consequencia de factores diversos do que propriamente uma causa, [...] é ella que traça com acentuada nitidez as fronteiras de uma nacionalidade” (Idem, p. 36-37), e no caso brasileiro ela se acentuou mais em função de fatores externos, ligados a imigração, como a de italianos para São Paulo, do que propriamente internos ao país. Ao lado desses fatores, a imposição de ideologias de grupos, conformando-se num ambiente social e psicológico, igualmente contribuiria com a definição da nacionalidade de um povo. E isso se revelaria cristalinamente no país, por intermédio dos choques políticos entre grupos de diferentes regiões, almejando converter suas posições para o resto da Nação.

Para ele, além de o Brasil “evidentemente não te[r] identidade de raça” (Idem, p. 45), em função de sua diversidade regional, a “mesma cousa se dá com a religião” (Idem, p. 51) e a língua, e em “materia de costumes, a heterogenidade brasileira é ainda mais marcada”, pois, cada “região tem costumes diferentes” (Idem, p. 54). Se como indica:

O paiz unitario que foi o Brasil, no tempo do Imperio, em que havia um nivel de progressão, mais ou menos igual por toda a extensão territorial do paiz, legou á Republica uma unidade.

[No] Imperio unitario, [que] havia de facto conseguido uma mentalidade mais ou menos homogenea, uma consciencia mais ou menos geral [...] o immenso desenvolvimento do paiz durante o regimen republicano [...] nos ultimos 43 annos, provocou um desnivel regional, que a unidade de consciencia, no paiz soffreu um colapso innegavel. Foi um terremoto que fez estremecer e despedaçar essa antiga unidade (Idem, p. 55).

Mas, ao contrário de SBH, que procurou pensar o Brasil e sua história, em comparação com a do resto da América Latina e do Norte; AEJ estudou a história do país, com base na Capitania e, depois, Província de São Paulo, cujo papel desempenhado pelo bandeirante foi, para ele, fundamental, não só para a formação e proteção das fronteiras do que se tornaria o Brasil, mas principalmente para a própria fundação de uma consciência local, que se propagaria para o resto da Nação em formação, a partir de meados do século XVIII, e se consolidaria no século XIX, com a fundação do Império do

Brasil (Cf. ELLIS Jr., 1937, 1946, 1959). Já em seu livro didático sobre *História da Civilização* para a 5ª série, de 1935, AEJ destacava que:

A conseqüência mais importante para as colônias lusas da vinda para a América da família dos Bragança, foi sem dúvida a unificação dessas colônias com um governo central forte. Laços até então inexistentes foram creados e um número respeitável de indivíduos exóticos, foi creando e desenvolvendo um grande antagonismo entre os de aquém e os de além mar.

Divididos assim, os de aquém mar foram se integrando em uma mentalidade comum, na qual era visado unicamente o antagonismo contra os de além mar, ficando esquecidos e apagados os antagonismos regionais que naturalmente deviam separar os coloniais. Muitas instituições nacionais foram creadas no Rio de Janeiro, as quais deveriam sêr outras tantas cadeias acorrentadoras das colônias que foram ficando mais unidas, na estreita dependência da côrte, cuja fama, se esparramava por todas as colônias que cada vez orbitavam mais apertadamente em torno dêsse astro central metropolitano (1935, p. 479-481).

E este foi o contexto que propiciou a formação do Império do Brasil nos anos 1820. No entanto, a unidade criada no Império fora perdida na República; e no caso da hegemonia de São Paulo, esta havia sido derrubada em 1930.

Já para SBH, com o fim da escravidão, em 1888, e o fim da Monarquia, em 1889, parecia que se abriam novas perspectivas para o desenvolvimento da democracia no país, mas cujos germes proífucos que ali brotavam seriam cerceados e, depois, restringidos pelo regime que se instaurou no final de 1930. Portanto, assim como AEJ, SBH procurava dimensionar o século XIX, não para demonstrar a importância de São Paulo para o resto do país a partir daquele período, mas sim para aventar novas possibilidades para a inserção da democracia nessas terras. Por isso mesmo, enquanto AEJ parecia falar como um representante direto das velhas elites rurais que se encontravam em declínio em meados dos anos 1930; SBH parecia mais inquietar-se como um representante de uma classe média urbana, cujos direitos além de não estarem sendo respeitados pelo novo regime que se implantaria com a subida de Vargas ao poder, os próprios nexos de uma “revolução silenciosa” que se formava a partir do final da Monarquia, e que conduzia a progressiva extinção das “relações cordiais” em prol do avanço do “americanismo”, com suas relações democráticas e impessoais, igualmente teriam sido arrefecidas pelo governo provisório que se instaurou em 1930.

4 – A batalha pela “verdade histórica”

Ao longo dos anos de 1920 e 1930 tanto SBH quanto AEJ escreveram obras históricas, artigos para a imprensa periódica, pesquisaram em arquivos, coletaram

dados. Mas igualmente escreveram romances (mais AEJ do que SBH) e fizeram crítica literária (mais SBH do que AEJ). Com base nessas questões, que procuraremos inquirir como: pensaram a verdade; que função a davam para a confecção do texto histórico e para o literário; como poderia ser apreendida e o que poderia comprovar. Ao mesmo tempo, não se deve deixar de lado que indagações não menos instigantes também pairavam sobre a produção literária, e muito bem salientaria SBH em seus artigos do período (Cf. Holanda, 1996). De tal modo que a “verdade” não era apenas um modo de provar (com a comprovação dos testemunhos documentais), a serventia da pesquisa e do discurso histórico, como pretendeu AEJ, ao mesmo tempo em que produzia seus romances sobre as jornadas dos bandeirantes paulistas. Mas sim que já naquele período a fronteira entre História e Literatura parecia ser tão tênue, que o simples amparo em documentos, com o objetivo de fornecer uma narrativa verdadeira sobre os acontecimentos do passado, não era efetivamente um diferencial seguro para distinguir a pesquisa histórica da produção literária. Daí a batalha subterrânea que foi se formando em torno da “verdade histórica”, por meio da profissionalização das áreas do saber, a partir dos anos 1930 (Cf. Rocha, 2011; Roiz, 2012a), na qual a produção literária não deixava de ser um paradigma na constituição do “princípio de realidade”, inclusive, para justificar a pesquisa histórica e indicar suas peculiaridades em relação a produção artística e literária.

Para AEJ, o romance histórico tinha basicamente uma função pedagógica: ao formar novas gerações de leitores, ensinar-lhes como deveriam compreender a história de São Paulo e do Brasil. Por isso mesmo, sua produção literária se articulava as “lições” de seus livros didáticos de Geografia e de História, e ainda serviam para sintetizar sua discussão teórica empreendida em suas obras históricas de maior envergadura. Apesar de não escrever muitos contos e poesias, nem tampouco procurar elaborar romances, SBH foi um leitor voraz, exercitando a crítica literária, ao lado da pesquisa histórica, ao longo dos anos 1930 e 1940. Isso lhe proporcionou grande sensibilidade, ao analisar a produção literária e os relatos dos viajantes, para ampliar seu *corpus documental*, em suas investigações históricas. Em carta enviada a Mário de Andrade, de 10 de maio de 1931, SBH confia ao amigo as razões que lhe levaram a ter certo distanciamento com relação a esse tipo de produção, quando estava terminando de revisar seu conto surrealista e autobiográfico *A viagem a Nápoles*, sua contribuição a *Revista Nova*, que: “A

mim, na verdade, não me satisfaz muito esse exercício de ficção”¹⁷; por que diferente de Mário, ele não conseguia escrever com a mesma “espontaneidade”, “paixão” e “abandono”. Curiosamente, enquanto AEJ que fora um praticante da escrita romanesca nos anos 1920 e 1930, colocou-se como grande crítico deste tipo de produção, ao definir a história enquanto uma “ciência”; SBH, que não a praticou tanto, em nenhum momento deixou de a considerar em suas pesquisas, que nem por isso seriam menos “cientificamente” conduzidas.

5 – A batalha pela “representação do passado” bandeirante

As escolhas teórico-metodológicas feitas pelos autores transparecem cristalinamente ao empreenderem suas análises sobre as bandeiras e os bandeirantes. E o *Curso de Bandeirologia*, que foi sendo apresentado ao longo do ano de 1946, num ciclo de várias conferências, a pedido do Departamento Estadual de Informações de São Paulo, além de ter sido um momento em que se encontraram letrados das mais variadas procedências, também reuniria AEJ e SBH.

Naquele momento, SBH começava a ver os primeiros resultados de seu livro *Monções*, que havia sido publicado no ano anterior. Além de alguns poucos comentários na imprensa periódica e em panfletos de divulgação, o livro passaria quase despercebido no momento de sua publicação, muito embora expressasse para os organizadores do curso a importância da participação de seu autor no evento. Certamente, SBH era ainda muito mais conhecido por seu livro de estréia: *Raízes do Brasil* de 1936¹⁸. Não temos a

¹⁷ **Carta de SBH para Mário de Andrade**, Rio de Janeiro, 10 de maio de 1931. In. Monteiro, 2012, p. 99. O manuscrito original, encontra-se arquivado no fundo Mário de Andrade do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo.

¹⁸ Como a resenha, no Panfleto de propaganda do livro *Monções*, que saiu no Rio de Janeiro, pela Casa do Estudante do Brasil, local, aliás, em que fora publicada a primeira edição do livro; mas, infelizmente, sem a data de sua publicação. Siarq-Unicamp, Pt279 P62. Saliente-se ainda que diferente de seu livro de estréia, *Raízes do Brasil*, que entre 1936 e 1938, Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, fez um álbum com recortes de comentários e resenhas da obra, que saíram na imprensa periódica, especialmente, do Rio de Janeiro e de São Paulo, totalizando 78 textos, seu terceiro livro, *Monções*, passava quase que despercebido pela crítica especializada no momento de seu lançamento em 1945. Siarq-Unicamp, Pt176 P61. Do mesmo modo, todas as reedições do livro *Raízes do Brasil* tiveram comentários na imprensa periódica. Siarq-Unicamp, Pt178 e 179 P61. Quando, em 1944, lançou *Cobra de vidro*, no qual reuniu alguns de seus artigos de jornal, este recebeu em 12 de agosto de 1944 a resenha de Nelson Werneck Sodré. Siarq-Unicamp, Pt177 P61. Assim também ocorreu com *Caminhos e fronteiras*, quando foi lançado em 1957, e, depois, com *Visão do Paraíso*, entre 1958 e 1959. Siarq-Unicamp, Pt190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 203, 204, 205, 206 e 209 P61; Pt210, 211, 215, 216, 217, 219 e 220 P62; e sobre *Visão do Paraíso*: Pt222, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246. 247, 248, 252, 253, 265, 266 e 267 P62. Em vista da quantidade de resenhas e

data precisa em que ele aceitou ao convite; que, aliás, estava também às voltas com os tramites para assumir a diretoria do Museu Paulista¹⁹, cujo convite lhe foi feito pelo próprio Interventor Federal no Estado, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, um dos organizadores do curso de 1946. Até então a direção do Museu Paulista estava sob a responsabilidade de Afonso de Taunay, antigo professor no Colégio São Bento, onde SBH foi seu aluno, e quem lhe havia aberto as portas na imprensa periódica. De qualquer maneira, mais importante do que saber a data exata em que SBH aceitou ao convite foi sua participação no curso, e seu texto ter sido um dos 6 publicados no final daquele ano, como resultado do evento. Infelizmente o volume nem foi prefaciado por Macedo Soares, como estava previsto, nem tampouco foram publicadas todas as 14 conferências apresentadas no curso. Com esse exemplo, veem-se facilmente como certas redes de relações iam sendo formadas, inclusive, no caso específico do *curso de bandeirologia* de 1946.

Contudo, quem parecia estar mais articulado com as posições hegemônicas de interpretação dos bandeirantes não era SBH, mas sim AEJ. E o *Curso de Bandeirologia* de 1946, ao invés de compor uma narrativa linear, ao longo das seis conferências publicadas (das 14 planejadas), iria justamente apresentar duas, que mesmo parecendo caminhar paralelas, em certa medida, fixava-se nitidamente as diferenças entre elas. De um lado, com os textos de Afonso de Taunay (1876-1958), Virgílio Corrêa Filho (1887-1973), Afonso Arinos de Mello Franco (1905-1990), Alfredo Ellis Jr. (1896-1974) e Joaquim Ribeiro (1907-1964), que visualizariam positiva e complacentemente o papel do bandeirante no desbravamento dos sertões, na captura de indígenas e na exploração do Território, como o feito mais importante na história de São Paulo e para o Brasil, acabando por *construírem uma narrativa elogiosa sobre a(s) tradição(ões) do passado*. E, de outro, com o de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), que seguindo as pistas e as críticas de Capistrano de Abreu (1853-1927) e de José de Alcântara Machado (1875-1941), deteve-se nas *monções*, visualizando a pobreza dos bandeirantes, a dependência que tinham com os nativos e a fragilidade das opções, nos percursos que eram trilhados

comentários que receberam os livros: *Raízes do Brasil, Caminhos e fronteiras* e *Visão do Paraíso*; surpreende o silêncio da crítica especializada com relação ao seu livro *Monções*, que teve apenas alguns poucos panfletos de divulgação no período de seu lançamento.

¹⁹ E que chegou até a gerar certos comentários na imprensa periódica, como a que se encontra no artigo de José Lins do Rego, publicado no *Correio Paulistano*, em 22 de março de 1946, com o título: "A ausência de Sérgio Buarque de Holanda". **Recorte de Jornal, de artigo de José Lins do Rego, Correio Paulistano**, 22 de março de 1946, p. 3. Siarq-Unicamp, Pt56 P59.

pelas bandeiras paulistas, ao formular *uma crítica a narrativa elogiosa da(s) tradição(ões) do passado*²⁰.

Contudo, não devemos esquecer que as narrativas que foram feitas sobre os bandeirantes, não podem, nem devem, ser tão facilmente distinguidas entre aquelas que fazem um *elogio evidente as tradições que compõem as bandeiras paulistas* e aquelas que incidem *uma crítica a elas*, ao relacionarem outros sujeitos históricos, como a contribuição direta dos povos nativos para a consecução dos objetivos das bandeiras no desbravamento dos sertões. Como salienta Danilo Ferretti (2009), ao comparar os textos de SBH e de Afonso de Taunay apresentados no curso de bandeirologia de 1946, em ambos os casos houve tentativas de aproximar os fenômenos das bandeiras com a das monções; ambos destacaram a questão da construção da unidade nacional, por meio da criação de linhas de comunicação entre as vias terrestres e fluviais, ligando o Planalto paulista a outras partes do território que formará o Brasil; em ambos, ainda, verificou-se as tentativas de se assegurar a posse definitiva da terra, por meio do povoamento – e, algumas dessas questões também se cruzavam com as análises contidas nas conferências de AEJ, Viriato Corrêa Filho e Afonso Arinos de Mello Franco.

No entanto, “diferente da tradição historiográfica regional e de Taunay”, SBH se “esforçava em mostrar que juntamente [sobre] à continuidade havia uma série de rupturas que diferenciavam significativamente o movimento das bandeiras do das monções” (2009, p. 9). E que apesar dele manter certa aproximação com uma história entendida como *mestra da vida*, porque fonedora de exemplos do passado para a orientação das ações humanas no presente, SBH “se apropriou do tropo ciceroniano para reverter e anular o caráter de exemplaridade do passado”, ao fazer um “exorcismo do passado”, na medida em que identificava “o passado para que dele nos libertemos”,

²⁰ Contudo, deve-se destacar que a análise de SBH não seria meramente um estudo da importância dos povos nativos na constituição das bandeiras e das monções, como uma antítese as teses até então em vigor na historiografia. Como mostrou Robert Wegner, embora pareça “bastante clara a indicação da produtividade e da positividade que a adaptação ao nativo adquire para a conquista das terras americanas pelos adventícios” (2000, p. 142), e que “os mamelucos foram obrigados a se adequar e também aprender esses recursos advindos, *não na tentativa de dominar a natureza, mas na busca de ajustar-se a ela*” (Idem, p. 147), constituindo-se tal estratégia como uma regra na formação das fronteiras que formarão o Brasil (ao contrário do que ocorrerá nos Estados Unidos, como destacou Turner), a nova raça que foi se formando a partir daquelas iniciativas, que resultaram das Monções do século XVIII, “já não se identifica completamente com o nativo, como no caso dos bandeirantes” (Idem, p. 171), além de o “aventureiro e seu individualismo anárquico” vir a se transformar “em retalhista” e o “ócio começa[va] a ceder lugar ao negócio, no próprio ritmo do desenvolvimento da sociedade de fronteira” (Idem, p. 172). E que, entre outras coisas, irá marcar a especificidade da mentalidade capitalista que se formará em São Paulo (Cf. Wegner, 2000, p. 180-213).

sendo, por isso, o “contrário da perspectiva de Taunay [e, por extensão, de AEJ] de identificação da força diretora do passado, visando sua louvação e continuidade”. Assim, a perspectiva “exorcista do passado”, conclui Ferretti, em SBH “lançaria o historiador no campo da transformação, da criação do novo” (Idem, p. 10).

Vimos, nesse caso, como a grande maioria das narrativas ainda estavam atreladas a manutenção de uma interpretação do passado, onde a grandiosidade da empresa bandeirante fixava as bases para a elaboração de uma identidade regional para o Estado de São Paulo, ao fazer, não por acaso, um elogio das tradições do passado. Enquanto SBH, por sua vez, seguindo as pistas de outros autores do período, e dando continuidade as investigações que iniciou em meados dos anos 1920, procuraria romper com as amarras do passado, ao centralizar sua análise nos personagens anônimos e não nos líderes das incursões bandeirantes; ao dar ênfase a cultura material, a análise etnográfica e a fontes pouco estudadas no período, descortinando quais os tipos de relações culturais que eram possíveis de serem efetuadas na época, ao invés de focalizar sua interpretação sobre as atitudes e decisões políticas e as movimentações e flutuações da economia dos séculos XVI ao XVIII, ou mesmo em relação ao XIX, com a ascensão da lavoura e da economia cafeeira.

6 - A batalha pelas “regras do método histórico”: entre o “autodidatismo” e a “profissionalização” do trabalho de pesquisa do historiador

As obras e as trajetórias de AEJ e de SBH, como vimos mostrando neste texto, são extremamente representativas para a compreensão desse contexto, tanto quanto para o aprofundamento de suas peculiaridades, porque ambos vieram de uma tradição “autodidata”, sendo “historiadores por vocação” (Cf. Glezer, 1976). No entanto, em meio às práticas de pesquisa que foram desenvolvendo ao longo dos anos 1930 até meados dos anos 1950, período no qual também atuaram em Faculdades de Filosofia e na formação de historiadores profissionais e de professores de história, os colocariam igualmente num “conflito que [...] não opunha gerações entendidas no sentido de classe de idade mas *gerações universitárias*, isto é, agentes que, mesmo sendo da mesma idade, foram produzidos por dois modos de geração universitária diferentes” (Bourdieu, 2011, p. 192, grifo no original), conforme definiria Pierre Bourdieu, em seu *Homo academicus*. Assim, além de serem agentes fundamentais para acompanharmos como se deu a

transição do “autodidatismo” para a “profissionalização” do trabalho de pesquisa do historiador no Brasil, eles mesmos igualmente fizeram suas escolhas nesse processo.

Entender, portanto, em que medida a historiografia oitocentista balizou a interpretação da história de AEJ, e como a converteu em suas práticas de pesquisa e em sua docência é importante não somente para compreender porque foi crítico em relação às “inovações” trazidas pelas relações entre História e Ciências Sociais, e aos avanços consignados pelo movimento dos *Annales*, nas primeiras décadas do século passado, mas também no modo que viria a interpretar as categorias: passado, presente e futuro. Da mesma forma, entender como SBH, ainda que a princípio se debruçasse sobre o historicismo alemão, entre o final dos anos 1920 e meados dos anos 1930, não se fixaria somente nele para interpretar o passado, nem tampouco daria exclusividade a outros movimentos e/ou autores, apesar de não deixar de conhecer nenhum deles, e tomar para si o que fosse adequado de cada um, para construir sua(s) leitura(s) do passado brasileiro.

Nesse sentido, depois de abordarmos sinteticamente as discussões efetuadas por AEJ e SBH sobre o que entendiam e como usavam a “temporalidade”, a “periodização”, a “verdade histórica” e a “representação do passado”, para darem subsídios a exposição de seus dados de pesquisa (mediante uma narrativa ou outras formas de apresentação da investigação empreendida), pretendemos agora adentrar nas “regras do método histórico”. Mais precisamente, no modo como justificavam suas escolhas para demonstrar quais *os caminhos que percorreram para efetuarem suas pesquisas*, escreverem suas histórias e se debruçaram e inquiriram o próprio modo com que era definida a história e sua escrita, nos anos 1930 e 1940. Tomemos a resposta de AEJ, na missiva abaixo, para exemplificarmos melhor essa questão:

Acabo de receber a carta de 8. Infelizmente, o caso de D. Dinah Spadão não pode ser resolvido a contento dela. Ela não foi bem, ela não foi aprovada. Tive a impressão dela, contrária a que V. manifesta em sua carta. Achei que a D. Dinah não liga muito ao ensino. É displicente. Ela faz parte do curso de férias e foi muito pouco assídua. Por êsse motivo ela não pegou o nosso sistema. Ela revelou a mais completa ausência de espírito crítico, pois fez uma dissertação sobre a “Reforma religiosa” na qual esqueceu as causas e não mencionou as consequências. Repetiu essa enorme cincada quando deu uma aula sobre “Maioridade”. Espero, porém que D. Dinah adquira o que não revelou nesse exame, de modo que em 1949, no concurso que vamos ter, ela conquiste uma

boa classificação. Quanto ao mais, nada mais fiz que justiça. Gratíssimo pelo que V. me disse²¹.

Essa é uma das poucas missivas que conseguimos ter acesso de AEJ, escrita em abril de 1948, onde esboça de maneira cristalina o seu modo de avaliar o aprendizado dos alunos. Não somente isso, ele nos indica como colocava em prática as “regras do método histórico” que foi desenvolvendo desde os anos 1930, como catedrático da cadeira de História da Civilização Brasileira no curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP).

Em sua escrita da história, ele tentava mostrar que primava pela “verdade”, pela “objetividade” e pela “imparcialidade”, com vistas à elaboração de um *discurso científico*. Não que o historiador, para ele, não pudesse tomar partido em suas análises das sociedades do passado, em função das transformações manifestadas em seu presente histórico, mas sim que a imparcialidade era um dos caminhos para se alcançar a objetividade, dando um caráter científico à narrativa histórica.

Desse modo, tanto em suas obras históricas, quanto em seus romances históricos, objetividade e subjetividade se mesclavam num discurso que tomava partido nas questões relativas à história de São Paulo e do Brasil. Não só nestas obras podemos visualizar essas questões, em *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento Euroamericano* (de 1936), que foi a revisão e a reescritura de *Raça de gigantes* (de 1926), como em *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano* (1934b) – cuja segunda edição foi publicada em 1934, a primeira era de 1924 – é possível perceber a mesma tentativa de construção de um discurso histórico, com caráter científico, mediante o cruzamento de análises objetivas e subjetivas, nas quais seu autor tentava demonstrar a peculiaridade da miscigenação que se deu em São Paulo, em comparação com a que ocorreu no resto do país.

No caso de SBH, como já adiantamos, essas questões são muito mais difíceis de serem percebidas e precisadas no texto. Apesar de Fernand Braudel indicar que:

Recebi, antes de minha saída de Paris, suas *Raízes do Brasil* em triunfante segunda edição e venho agradecer-lhe em verdade um pouco de atrasado, pois o fim de nosso ano letivo foi terrivelmente sobrecarregado. Aliás, há muito tempo que eu tinha vontade de lhe escrever, pelo menos desde a simpática visita de seu cunhado, para dizer que boa lembrança minha mulher e eu guardamos de sua acolhida e das horas encantadoras passadas em sua

²¹ **Carta de Alfredo Ellis Jr. a Malaman, de 16 de abril de 1948.** Inventário: Alfredo Ellis Jr. Cartas de 1 a 11. Caixa: 09; Envelope: 46. Pasta: 33. CAPH/USP.

companhia e de Mme. Buarque de Holanda e de suas preocupações de historiador tão próximas as nossas²².

Na missiva, de 25 de julho de 1948, ao mesmo tempo em que agradece o envio da segunda edição de *Raízes do Brasil*, Braudel procura alinhar a trajetória e as concepções históricas de SBH com a do movimento dos *Annales*, na França, que naquele período estava em franca expansão não apenas por aquele país, mas igualmente para outras regiões da Europa e do mundo (Cf. Roiz, Santos, 2012). Apesar da leitura favorável que então SBH procurava fazer do movimento no Brasil (Cf. Holanda, 2004), com a resenha de livros e a análise do desempenho de professores franceses na fundação do curso de Geografia e História da FFCL/USP, e no avanço das pesquisas históricas no país, nem por isso ele se limitava a essas referências em suas pesquisas e em suas concepções sobre a história e sua escrita.

7 – Considerações Finais

Ao esboçarmos, no decorrer deste texto, os pontos de aproximação e os distanciamentos teórico-metodológicos e políticos de AEJ e SBH, nossa intenção foi a de mostrar a importância desses autores na constituição do ofício de historiador no país, num período de intensos debates, no qual “autodidatismo” e “profissionalização” estavam em questão, com a fundação das primeiras universidades e cursos na área.

Mesmo tendo vindo de uma tradição comum de “autodidatismo”, e, por isso, sendo “historiadores por vocação” (Cf. Glezer, 1976), SBH, ao não enraizar seus procedimentos de pesquisa numa única tradição teórico-metodológica, e sendo, além disso, sempre autocrítico sobre sua produção, conseguiu adentrar no ofício, constituindo-se como um exemplo de historiador profissional e de *homo academicus* no país. Para fazer isso, como vimos, ele se distanciou da retórica bacharelesca a qual havia sido formado nos anos 1920, ao mesmo tempo em que procurava mostrar as suas fragilidades, e vinha a se firmar, de fato, como historiador. Mesmo considerando a importância e os méritos da obra de AEJ, este não conseguiu nem se desvencilhar totalmente da retórica bacharelesca, nem tampouco da historiografia oitocentista, para

²² Carta do Prof. Braudel a propósito da realização de um congresso internacional de história da colonização a Sérgio Buarque de Holanda, em 25 de julho de 1948, Paris. In: Sérgio Buarque de HOLANDA, *Raízes do Brasil*, p. XIX. O documento original em francês, encontra-se no Siarq/Unicamp, catalogado em Cp95 P7.

produzir suas obras e efetuar suas pesquisas, como procuramos mostrar ao indicarmos como ele e SBH se posicionaram diante de temas e questões como a “temporalidade”, a “periodização”, a “verdade”, a “representação do passado” e as “regras do método histórico”.

Recebido em: 29/05/2013.

Aceito em: 23/12/2013.

REFERÊNCIAS

- ABUD, K. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante*. Tese de Doutorado em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1985.
- ADORNO, S. *Os aprendizes do poder. O bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- AGAMBEN, G. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó/SC: Argos, 2009.
- ANHEZINI, K. *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- AZEVEDO, F. *A cultura brasileira. Introdução ao estudo da cultura no Brasil*. – 4ª edição revista e ampliada – Brasília: Ed. UNB, 1963.
- BONTEMPI Jr., B. *A cadeira de História e Filosofia da Educação da USP entre os anos 40 e 60: um estudo das relações entre a vida acadêmica e a grande imprensa*. Tese de doutorado em Educação, PUC/SP, 2001.
- BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (org.) *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BOUDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.) *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-155.
- _____. *O senso prático*. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.
- _____. *Homo academicus*. Florianópolis/SC: UFSC, 2011.
- BRANDÃO, G. M. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.
- BRESCIANI, M. S. M. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.
- CANDIDO, A. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Edição comemorativa 70 anos. SP: Companhia das Letras, 2006, p. 235-50.
- _____. A visão política de Sérgio Buarque de Holanda. In: CANDIDO, A. (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

CARVALHO, J. M. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

_____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

ELLIS, M. *Alfredo Ellis Júnior, 1896-1974*. São Paulo: Editora Bentivegna, 1997.

ELLIS Jr., A. *Confederação ou separação*. 3ª Edição revista e aumentada. São Paulo: Editorial Paulista, 1934a (1ª Edição de 1932).

_____. *A nossa guerra. Estudo de synthese critica político-militar*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Piratininga S. A., 1933 (1ª Edição de 1932).

_____. *Meio século de bandeirismo (1590-1640)*. São Paulo: FFCL/USP, 1939 (Boletim IX, n. 1, da cadeira de *História da Civilização Brasileira*).

_____. *Feijó e sua época*. São Paulo: FFCL/USP, 1940 (Boletim XIX, n. 2, da cadeira de *História da Civilização Brasileira*).

_____. *Um parlamentar paulista da República*. São Paulo: FFCL/USP, 1949 (Boletim CII, n. 9, da cadeira de *História da Civilização Brasileira*).

_____. *A economia paulista no século XVIII*. São Paulo: FFCL/USP, 1950 (Boletim 115, n. 11, da cadeira de *História da Civilização Brasileira*).

_____. *O bandeirismo paulista e o recúo do meridiano*. 2ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934b.

_____. *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento Euroamericano*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

_____. *A evolução da economia paulista e suas causas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

_____. *História da Civilização – 5ª série*. São Paulo: Livraria Acadêmica, Saraiva & Cia., 1935.

FAUSTO, B. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERREIRA, A. C. *A epopéia bandeirante. Letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FERRETTI, D. Z. O uso político do passado bandeirante: o debate entre Oliveira Vianna e Alfredo Ellis Jr. (1920-1926). *Estudos Históricos*, FGV, n. 41, 2008, p. 59-78.

FRANZINI, F. *À sombra das palmeiras: a coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.

GLEZER, R. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. São Paulo, 1976. Tese de doutorado em História, FFLCH\USP, 2v.

GOMES, A. C. *História e historiadores. A política cultural do estado novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 1ª Edição. Prefácio de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

_____. *Raízes do Brasil*. Edição comemorativa 70 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *O extremo oeste*. Introdução de José Sebastião Witter. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *Monções*. 1ª Reimpressão da 3ª Edição ampliada. São Paulo: Brasiliense, 2000 (1ª Ed. 1945).

_____. *Caminhos e fronteiras*. 3ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994 (1ª Ed. 1956).

_____. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, 412p.

_____. *O espírito e a letra: estudos de crítica literária I (1920-1947)*. Organização, introdução e notas de Antônio A. Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, v. 1.

_____. *Para uma nova história*. Organização de Marcos Costa. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. *Escritos coligidos, 1920-1949*. Organização de Marcos Costa. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Editora UNESP, 2011, v. 1.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LAPA, J. R. A. *Historiografia brasileira contemporânea. A história em questão – 2ª edição –* Petrópolis/São Paulo: Vozes, 1981.

MANNHEIM, K. *Ideologia e utopia*. Sérgio Magalhães Santeiro. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MARRAS, S. (org.) *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Edusp, 2012.

MICELI, S. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MONTEIRO, J. M. *Tupis, tapuias e historiadores*. Estudos de história indígena e de indigenismo. Tese de Livre Docência, Unicamp, Campinas, 2001.

MONTEIRO, P. M. *Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda: correspondência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MONTEIRO, P. M.; EUGÊNIO, J. K. (org.) *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas/SP: Ed. Unicamp; UERJ, 2008.

NICODEMO, T. L. *Urdidura do vivido: Visão do paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950*. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. *Alegoria moderna: consciência histórica e figuração do passado na crítica literária de Sérgio Buarque de Holanda*. Tese de doutorado em História; FFLCH/USP, 2011.

NOGUEIRA, A. R. Sérgio Buarque de Holanda: o Homem. In: *Sérgio Buarque de Holanda: Vida e Obra*. Secretaria do Estado da Cultura. São Paulo – SP: Arquivo do Estado; USP e Instituto de Estudos Brasileiros, 1988, p. 17-26.

PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil (entre o povo e a nação)*. São Paulo: Ática, 1990.

REIS, J. C. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

_____. *As identidades do Brasil 2*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ROCHA, J. C. C. *Crítica literária: em busca do tempo perdido*. Chapecó/SC: Argos, 2011.

RODRIGUES, J. H. *História da história do Brasil. Historiografia colonial* (v. 1). 2ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

ROIZ, D. S. *Os caminhos (da escrita) da História e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968)*. Curitiba/PR: Editora Appris, 2012a.

____. *Linguagem, cultura e conhecimento histórico: ideias, movimentos, obras e autores*. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2012b.

____. *A dialética entre o “intelectual-letrado” e o “letrado-intelectual”: projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959)*. Tese de doutorado em História, UFPR, 2013.

ROIZ, D. S.; SANTOS, J. R. *As transferências culturais na historiografia brasileira: leituras e apropriações do movimento dos Annales no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

RÜSEN, J. *Razão histórica. Teoria da História I: os fundamentos da ciência da história*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2001.

____. *Reconstrução do passado. Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica*. Tradução de Asta-Rose Alcaide. Brasília: Ed. UnB, 2007a.

____. *História viva. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2007b.

SIRINELLI, J-F. Os intelectuais. In: REMOND, René (org.) *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2ª Edição. Rio de Janeiro: FGV; Ed. UERJ, 2003, p. 231-270.

WEGNER, R. *A conquista do oeste. A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

VIDAL, D. G., FARIA FILHO, L. M. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1870-1970). *Revista Brasileira de História*, v. 23, n. 45, 2003, p. 37-70.